



AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E SUA EFICÁCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE, REFLEXO DE UMA JUSTIÇA SELETIVA E UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE

Livia Silveira Sant'Anna¹

Cintia Toledo Miranda Chave²

O presente trabalho visou despertar a compreensão das pessoas sobre o sistema falho de recuperação do adolescente que comete ato infracional pelas medidas socioeducativas e traz profundas reflexões sobre o tema, explicando as intensas dificuldades que o Estatuto da Criança e do Adolescente encontra de se manter e de ser implementado como uma real proteção da garantia dos direitos da criança e do adolescente na realidade.

Diante da relevância de punições que reeduem e ressocializam, de fato, adolescentes que cometeram atos infracionais, torna-se necessária a avaliação da aplicação das medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas o intuito desse estudo não é apenas focar nessas medidas como meios de punição, mas principalmente, na solução da não reincidência desses jovens e da efetiva reintegração na sociedade de forma que eles possam dar continuidade ao seu desenvolvimento com a devida e oportuna contribuição do Estado.

O desafio, portanto, é maior e mais complexo, é necessário dar enfoque à prevenção, entendendo que a maioria dos jovens envolvidos nessas situações tem um histórico que evidencie aonde a “ruptura” do desenvolvimento aconteceu e o impulsionou para tomar tal decisão. A sociedade tem o papel de acolher todo e qualquer jovem, mas o curioso é que, a opinião pública muitas vezes se importa mais em culpar e julgar responsável quem cometeu a infração do que se preocupar com a

¹ Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior e Advogada. Email: liviasilveirasantanna@gmail.com.

² Professora das Faculdades Integradas Vianna Júnior. Email: cchaves@vianna.edu.br



vítima. A violência é um grave problema social, de direitos humanos e de saúde.

A metodologia utilizada na realização do trabalho foi pesquisa bibliográfica em doutrinas - principalmente brasileiras -, revistas científicas e informativas, artigos, jornais, jurisprudências, súmulas, Constituição Federal, Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, sítios da internet, bem como uma pesquisa de campo e documental para coleta de dados e informações perante as comunidades, a sociedade em geral e os Institutos Jurídicos necessários.

Diante da pesquisa realizada podemos concluir que uma mudança de visão e prioridades precisa acontecer, devendo-se considerar a sociedade, como um todo, junto ao Estado e as instituições, como responsáveis pelas melhorias buscadas e necessárias. Precisa-se de coragem e fortalecimento político, legal e institucional para erradicar o preconceito e a exclusão social, racial e de gênero. O ciclo de violência precisa ser interrompido para um futuro digno.